

Reexame Necessário em Mandado de Segurança n. 2013.018671-9, de Anchieta
Relator: Des. Sérgio Roberto Baasch Luz

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. IPTU. CELESC. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCESSIONÁRIA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE RECÍPROCA. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, INC. VI, ALÍNEA "A", DA CRFB/88. ILEGALIDADE NA INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. MATÉRIA DECIDIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. *Francisco Oliveira Neto*, j. 26.2.2013)

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Reexame Necessário em Mandado de Segurança n. 2013.018671-9, da comarca de Anchieta (Vara Única), em que é impetrante Cellesc Distribuição S/A, e impetrado Município de Romelândia:

A Segunda Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime, desprover a remessa. Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, realizado no dia 11 de março de 2014, os Exmos. Srs. Des. Cid Goulart e Des. João Henrique Blasi. Funcionou como representante do Ministério Público o Dr. Plínio Cesar Moreira.

Florianópolis, 11 de março de 2014.

Sérgio Roberto Baasch Luz

PRESIDENTE E RELATOR

Impresso por: 99428725668 - VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO
Em: 26/10/2017 - 16:48:14

RELATÓRIO

Celesc Distribuição S/A impetrou mandado de segurança em face de ato coator praticado pelo Município de Romelândia, objetivando, em resumo, que o ente público se abstenha de lançar IPTU sobre os imóveis que utiliza para o desenvolvimento das suas atividades, assim como a repetição do indébito dos valores indevidamente recolhidos aos cofres públicos.

Alegou que, por ser concessionária prestadora de serviços públicos, todos os bens e instalações por si utilizados para distribuição de energia elétrica pertencem à União, conforme Contrato de Concessão n. 056/99 Â- ANEEL, e que por expressa limitação constitucional tais bens estão abrigados pela imunidade tributária recíproca.

Portanto, a sociedade de economia mista, quando substitui o Estado na prestação de serviço público, obrigatório, essencial e de responsabilidade exclusiva, está acobertada pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da CRFB/88.

Enfatizou a presença dos requisitos *fumus bonis juris* e *periculum in mora*, pugnando pelo deferimento da liminar e, ao final, pela concessão em definitivo da concessão da segurança.

A análise do pedido liminar foi postergada. (fl. 115)

Notificada, a autoridade coatora prestou informações, aduzindo, preliminarmente, que a utilização da via mandamental seria inadequada, uma vez que o direito da impetrante não seria líquido e certo. No mérito, defendeu, em linhas gerais, que as sociedades de economia mista não são imunes à cobrança de IPTU, ainda que prestadoras de serviços públicos. (fls. 118-122)

Sobreveio a entrega da prestação jurisdicional, que concedeu, em parte, a segurança para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária entre as partes, e determinar que a autoridade impetrada se abstenha de lançar e cobrar IPTU da parte impetrante. (fls. 126-131)

Sem a interposição de recurso voluntário, os autos ascenderam a esta superior instância por força do reexame necessário.

A douta Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer do Dr. Francisco Jose Fabiano, manifestou-se pelo desprovimento da remessa.

E o relatório.

VOTO

A proemial de inadequação da via eleita, formulada sob o argumento de que a impetrante não goza de direito líquido e certo, certamente se confunde com o mérito, e porquanto com ele será analisada.

Nessa esteira, destaco:

Mandado de segurança. Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido. É impertinente a suscitação de preliminar cuja natureza guarda relação com a questão de mérito do mandado de segurança. (...) (Mandado de Segurança n.

2004.019524-9, rel^a. Des^a. Sônia Maria Schmitz, j. 9.2.2005)

Ao mérito.

A questão fulcral da lide repousa em saber se as sociedades de economia mista, na condição de prestadoras de serviços públicos, gozam ou não da imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição da República, relativa à exigência de IPTU e outros impostos.

Parece que a dúvida ganhou contornos definitivos com o julgamento proferido em sede de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal no ARE 643.686, em 11.4.2013, cujo relator foi o eminente Ministro Dias Toffoli. Confira-se:

REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. IPTU. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT). IMUNIDADE RECÍPROCA (ART. 150, VI, A, CF). RELEVÂNCIA ECONÔMICA SOCIAL E JURÍDICA DA CONTROVÉRSIA. RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO. PRECEDENTES DA CORTE. RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE RECÍPROCA. RATIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL (ART. 543-B, CPC). 1. Perfilhando a cisão estabelecida entre prestadoras de serviço público e exploradoras de atividade econômica, esta Corte sempre concebeu a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como uma empresa prestadora de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado. Precedentes. 2. No tocante aos tributos incidentes sobre o patrimônio das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde a ACO nº 765, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, na qual se tratava da imunidade da ECT relativamente a veículos de sua propriedade, iniciou-se, no Tribunal, a discussão sobre a necessidade de que a análise da capacidade contributiva para fins de imunidade se dê a partir da materialidade do tributo. 3. Capacidade contributiva que deve ser aferida a partir da propriedade imóvel individualmente considerada e não sobre todo o patrimônio do contribuinte. Noutras palavras, objetivamente falando, o princípio da capacidade contributiva deve consubstanciar a exteriorização de riquezas capazes de suportar a incidência do ônus fiscal e não sobre outros signos presuntivos de riqueza. 4. No julgamento da citada ACO nº 765/RJ, em virtude de se tratar, como no presente caso, de imunidade tributária relativa a imposto incidente sobre a propriedade, entendeu a Corte, quanto ao IPVA, que não caberia fazer distinção entre os veículos afetados ao serviço eminentemente postal e o que seria de atividade econômica. 5. Na dúvida suscitada pela apreciação de um caso concreto, acerca de quais imóveis estariam afetados ao serviço público e quais não, não pode ser sacrificada a imunidade tributária do serviço público, sob pena de restar frustrada a integração nacional. 6. Mesmo no que concerne a tributos cuja materialidade envolva a própria atividade da ECT, tem o Plenário da Corte reconhecido a imunidade tributária a essa empresa pública, como foi o caso do ISS, julgado no RE nº 601.392/PR, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, redator para acórdão o Ministro Gilmar Mendes, julgado em 1/3/13. 7. Manifesto-me pela existência de repercussão geral da matéria constitucional e pela ratificação da pacífica jurisprudência deste Tribunal sobre o assunto discutido no apelo extremo e, em consequência, conheço do agravo, desde já, para negar provimento ao recurso extraordinário.

O desfecho dado ao caso pela Corte Suprema veio confirmar o entendimento que já era adotado por este Sodalício:

TRIBUTÁRIO. IPTU. IMUNIDADE RECÍPROCA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 150, VI, A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11). (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. *Francisco Oliveira Neto*, j. 26.2.2013)

Ainda:

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. IPTU. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CASAN. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA. PREVISTA NO ART. 150, VI, "A", DA CRFB/88 ASSEGURADA. BENEFÍCIO CONSTITUCIONAL RESTRITA AOS IMPOSTOS, EXCLUÍDAS AS TAXAS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE SODALÍCIO ESTADUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

"A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (TJSC, AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.11) (Reexame Necessário n. 2012.086379-1, de Tubarão, rel. Des. *Francisco Oliveira Neto*, j. em 26/02/2013).

"Esta Corte firmou o entendimento de que as sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público, sujeitam-se à imunidade tributária recíproca, e de que essa imunidade é relativa apenas aos impostos" (RE n. 342.314-2/RS, rel. Min. Gilmar Mendes). (Apelação Cível n. 2011.058868-7, de Abelardo Luz, rel. Des. *Carlos Adilson Silva*, j. 10.12.2013)

Na esteira dos precedentes ora colocados, infere-se, portanto, que a imunidade tributária recíproca, a qual decorre da redação do art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição da República, é extensiva às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, tal como a Celesc.

No presente caso, a concessão da segurança deve ser dirigida especificamente ao imóvel de matrícula 4.346 (fls. 22-23), uma vez que dos autos não há prova acerca da existência de outros bens imóveis de sua propriedade que estejam sendo alvo de tributação do IPTU pelo impetrado.

Pelo exposto, nega-se provimento ao reexame necessário, especificando-se, contudo, que o Município de Romelândia deve se abster de lançar e cobrar o IPTU tão somente do imóvel registrado sob a matrícula n. 4.346.

É o voto.